

EDITORIAL

A estranha lei do desejo

O futuro glorioso do euro pode não ter sido nada mais que um desejo colectivo insano



Ana Sá Lopes

Aparentemente, não tem restado grande coisa aos grandes chefes europeus que “desejar” que as coisas corram bem, independentemente de o “desejo” ter ou não adesão à realidade. Olhando para as declarações das figuras em cargos de poder variado, percebe-se que não fazem a mais pequena ideia do que vai acontecer (e estão longe de ter o que se pareça com um “plano”) quando “desejam” coisas diversas, como a de um futuro sólido para o euro, para a Europa ou para o crescimento económico nacional. Essa estranha lei do desejo – totalmente desconectada da realidade – tem dominado os discursos de responsáveis que tinham obrigação de fazer mais alguma coisa que ficar sentados a desejar mudanças, confiados em mais nada do que na capacidade dos astros de actuarem em conformidade.

Esta semana, o Presidente da República lembrou-nos que tinha sido tão interventor no cargo que até tinha afirmado numa mensagem de Ano Novo que a situação nacional era “explosiva”. Infelizmente, não juntou a outra mensagem – feita, claro, ainda no tempo de Sócrates – de que estavam atingidos os limites do esforço que se podia pedir aos portugueses. Não estavam de modo nenhum atingidos esses limites, como se comprova com o memorando da troika, a sua actualização e o vago “ir mais além”, uma formulação com todos os condimentos para que possa acontecer o pior que, aliás, o governo

não esconde. Agora, o Presidente da República “espera” (ou deseja) que o ano previamente horroroso de 2012 não venha a ser assim tão mau. Apesar de o governo – o responsável pela estratégia desenhada pela Europa e pelo FMI – ameaçar que não haverá luz ao fundo do túnel tão cedo, o Presidente deseja, espera, acredita. Tendo em conta que o papel de Presidente é pouco mais do que simbólico, admite-se que administrar valiuns televisivos aos portugueses stressados também possa estar nas suas competências.

Qualquer economista, mesmo de direita, percebe que não é possível crescimento sem consumo e que o consumo privado dos portugueses acaba de ser cancelado por alguns anos. Quem vive do consumo privado nacional despedirá trabalhadores ou irá à falência. O “desejo” de compensar com as exportações é excelente – mas como fazê-lo se todos os países desataram ao mesmo tempo a praticar as políticas de austeridade e a reduzir o consumo? Vamos exportar para a Espanha, no estado em que está? Diga-se que, se a “culpa” fosse só de Passos Coelho, era menos mau.

O transe da situação já extravasou há muito as fronteiras da “esquerda”. Ainda ontem, George Soros veio juntar-se àqueles que dizem que “os mercados financeiros estão a conduzir o mundo para uma nova Grande Depressão, com incalculáveis consequências políticas”. O sinal de vida dado por Durão Barroso, esta semana, está longe de ser um sossego, até porque Barroso não pode muito. A taxa Tobin é uma excelente ideia e a aprovação do FEEF no Bundestag uma boa notícia. Mas o futuro glorioso do euro pode não ter sido nada mais do que um desejo colectivo e insano.



Radar

Empresas públicas. Se o buraco é gigante, as regalias também

Irmãs solteiras de empregados da CP podem viajar de borla. As irmãs casadas já não

FILIPE PAIVA CARDOSO
filiipe.cardoso@ionline.pt

“A empresa [Carris] manterá uma barbearia devidamente apetrechada, para uso privativo de todo o seu pessoal, inclusive reformados.” Este é um pequeno exemplo dos fardos históricos que as empresas do sector empresarial do Estado carregam consigo e que impedem reestruturações mais aprofundadas que as que têm vindo a ser feitas – especialmente na Carris.

As empresas do Estado, tal como o i noticiou ontem, apresentam um risco potencial para o Orçamento do Estado – vulgo contribuintes – superior a oito mil milhões de euros. Ainda assim, estas empresas mantêm regalias

aos trabalhadores dignas de um Bill Gates.

Segundo os acordos de empresa em vigor, tanto na CP, Metro, Carris ou Transtejo, são pagos prémios por cada dia de trabalho concluído – além do salário –, ou mesmo subsídios de 230 euros mensais caso o trabalhador não falte nenhum dia num mês. Valores que acrescem ao salário e acabam a contar para subsídios de Natal e férias. Por falar em férias: os trabalhadores da Carris têm direito a 30 dias de descanso anual, assim como os do Metro de Lisboa. Nesta última, porém, é preciso cumprir requisitos: se faltar só uma vez no ano anterior e gozar férias fora da época alta, tem então 30 dias.

Ainda nestas transportadoras,

há outras regalias que chegam aos reformados, isto além da barbearia da Carris. Tanto a Carris como o Metro pagam complementos de reforma aos seus ex-trabalhadores, de forma a que a pensão seja igual à do último salário recebido no activo – algo que também ocorre nos STCP. Se acha que há um limite a este complemento, desengane-se: há reformados que apesar de terem pensões acima de quatro e cinco mil euros mensais, continuam a receber complementos de reforma pagos pelas empresas, segundo apurou o i.

BAIXAS A 100% Segundo os AE, o absentismo de longa duração parece compensar nas empresas de transporte. Quando um tra-